



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo IX – Recursos

8.º) Petição de interposição e contra-razões de correção parcial

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____.^a
Vara Criminal da Comarca ____.

Processo n.º ____

O Ministério Público,¹ nos autos do processo-crime que move contra “F”, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, oferecer as suas

CONTRA-RAZÕES DE CORREIÇÃO PARCIAL,

requerendo, desde logo, seja mantida a decisão prolatada no sentido de se conservar a audiência designada para a inquirição das testemunhas de defesa.

Termos em que,
Pede deferimento.

Comarca, data.

Promotor de Justiça

¹ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

Contra-razões de correição parcial

____.ª Vara Criminal da Comarca ____.

Processo n.º ____

Recorrente: "F"

Recorrido: Ministério Público

Egrégio Tribunal²

1. Insurgiu-se a douta defesa contra a decisão do MM. Juiz que, invocando a celeridade processual, determinou a realização de audiência de colheita da prova testemunhal de defesa *antes* de terminar a inquirição das testemunhas de acusação, invertendo, portanto, o rito procedimental previsto no art. 396 do Código de Processo Penal.

2. Embora o procedimento comum preveja a colheita da prova testemunhal da acusação *antes* das testemunhas arroladas pela defesa, essa situação não pode ser interpretada de modo absoluto.

3. Argumentou, com razão, o ilustre magistrado com o princípio da economia processual, hoje com *status* constitucional (art. 5.º, LXXVIII, CF), sustentando que algumas testemunhas de acusação, não localizadas, não podem deter o andamento da instrução, muito embora o Ministério Público tenha insistido na sua busca e intimação.

4. Essa visão constitucional do processo deve ser privilegiada, em detrimento da mera aplicação formal de ritos e procedimentos, que nada engrandecem a aplicação da justiça. O fato de serem ouvidas as testemunhas de defesa *antes* das de acusação não causa nenhum prejuízo à ampla defesa, já que todas as testemunhas, segundo o princípio geral da comunhão da prova, serão regularmente ouvidas.

5. Nesse sentido, pode-se citar a posição de ____.³

6. A correição parcial, recurso cabível para rever atos judiciais que tumultuem o correto andamento da instrução, não pode ser utilizada quando o magistrado tem por

² Há quem dirija as razões do recurso, igualmente, à Câmara e à Procuradoria de Justiça. Trata-se de uma questão de estilo.

³ Citar a doutrina cabível. Se possível, mencionar jurisprudência aplicável ao caso.

finalidade garantir a economia processual, sem que haja qualquer perda de prova em relação às partes.

Ante o exposto, aguarda o recorrido que esse Egrégio Tribunal negue provimento ao recurso para o fim de manter a designação de audiência para a colheita da prova testemunhal de defesa antes mesmo do término da coleta da prova da acusação.

Comarca, data.

Promotor de Justiça